

13 AGO 1988 6 con Brasil

Jornal de Brasília

Equação difícil

Os problemas de caixa e a cada vez mais imperiosa necessidade de combate ao déficit público têm levado o Governo a reciclar, periodicamente, as linhas de sua política econômica. Sob o figurino clássico de que qualquer déficit só pode ser atacado com duas medidas básicas — aumento da receita e corte das despesas —, os responsáveis pelo setor, de Funaro a Maílson, esbarraram na ineficácia das medidas adotadas, sob pressão das conveniências políticas e descontrole geral.

A imposição de sacrifícios à sociedade para a batalha comum contra o flagelo que decorre da grave crise econômica deve ser, em qualquer caso, precedida de uma postura interna do próprio Governo que, a um só tempo, sirva de exemplo que justifique “o esforço de guerra” que a Nação estaria obrigada a cumprir e constitua um passo muito mais que meramente simbólico de contenção de gastos. Diante de um quadro assim, com tanta força de persuasão, ninguém se sentiria a contribuir com sua cota.

De reviravolta em reviravolta, a economia tropeça exatamente na pouca disposição de todos, assalariados ou empresários, em assimilar sacrifícios que não tenham a devida contrapartida na área oficial. A privatização de estatais deficitárias, o enxugamento da máquina administrativa e os cortes em investimentos e obras não prioritários são estímulos indispensáveis ao engajamento dos contribuintes numa cruzada nacional con-

tra a crise. Tudo, ou quase tudo, permanece na intenção.

Funcionando como salvaguarda de plantão para os problemas mais imediatos do combalido caixa da União, o arrocho fiscal, qualquer que seja a sua roupagem, acaba por desabar sobre a classe média, consumidora e contribuinte direta do Imposto de Renda e indireta de um sem-número de impostos repassados ao preço final de todos os bens.

Na outra ponta da mesma linha que corrói o orçamento dos assalariados, os empresários enfrentam uma crescente fragilidade do mercado interno, obrigados a rever custos a todo instante, sem tempo e sem segurança para planejar novos investimentos.

A cada mudança nas regras do Imposto de Renda, agora mais freqüentes, a sociedade contribuinte responde com desalento e desconfiança. Esses são os sentimentos que predominam esta semana, quando se anunciou nova alteração nas alíquotas desse tributo, na verdade com aparência de outro confisco sobre os defasados salários da chamada pessoa física.

Já não se sabe mais quais são os verdadeiros limites daquilo que se pode rotular de classe média, tão descompassada ficou a relação salário/custo de vida. A única certeza é a de que os sacrifícios continuam mal repartidos e que os reiterados anúncios de que todos vão pagar menos já não sensibilizam os contribuintes. Afinal, as alterações foram feitas para que o Governo arrecade mais.